

# 13

ISSN 1414-0640

Série Documental  
**TEXTOS PARA DISCUSSÃO**

# Letramento e Desenvolvimento Nacional

Lia Scholze

Ministério da Educação

**INEP**

Instituto Nacional de Estudos  
e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira

**MEC**

Ministério da Educação

**INEP**

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

## **Letramento e Desenvolvimento Nacional**

Lia Scholze\*

\* Coordenadora-Geral de Relações Institucionais e coordenadora do Programa Escola de Gestores da Educação Básica do Inep/MEC. [lia.scholze@inep.gov.br](mailto:lia.scholze@inep.gov.br)

Brasília-DF  
2004

COORDENAÇÃO-GERAL DE LINHA EDITORIAL E PUBLICAÇÕES (CGLEP)

Patrícia Barcelos

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAÇÃO VISUAL

F. Secchin

EDITOR EXECUTIVO

Jair Santana Moraes

REVISÃO

Antonio Bezerra Filho

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Regina Helena Azevedo de Mello

ARTE-FINAL

Celi Rosalia Soares de Melo

TIRAGEM

1.000 exemplares

EDITORIA

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 1, 4º Andar, Sala 418

CEP 70047-900 - Brasília-DF - Brasil

Fones: (61) 2104-8438, (61) 2104-8042

Fax: (61) 2104-9812

editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO

CDI/Inep – Coordenação de Divulgação Institucional

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 2, 4º Andar, Sala 414

CEP 70047-900 - Brasília-DF - Brasil

Fone: (61) 2104-9509

publicacoes@inep.gov.br

<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

---

Scholze, Lia.

Letramento e desenvolvimento nacional / Lia Scholze. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

14 p. – (Série Documental. Textos para Discussão, ISSN 1414-0640; 13)

1. Educação superior. 2. Avaliação da educação. I. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. II. Título. III. Série.

CDU 378.4

---

## SUMÁRIO

### Letramento e Desenvolvimento Nacional

APRESENTAÇÃO .....	5
RESUMO .....	7
1. LEITURA E ESCRITA NA RELAÇÃO DO SUJEITO COM O MUNDO .....	7
2. RESPONSABILIDADE SOCIAL PELO LETRAMENTO .....	7
3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E BIBLIOTECÁRIOS .....	8
4. AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEITORA DOS ALUNOS .....	8
5. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO LETRAMENTO .....	10
6. INICIATIVAS INSTITUCIONAIS .....	11
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	13
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	14



## APRESENTAÇÃO

O presente texto coloca em discussão um tema importante para a educação brasileira. Muito tem sido dito e pesquisado sobre letramento, porém os dados apresentados em todas as avaliações, nos diferentes níveis de ensino, mostram que a reversão desse quadro ainda está distante.

Nesse sentido, é sempre importante a contribuição de experiências e sugestões, como é o caso do trabalho que ora publicamos em nossa série Textos para Discussão.

*Orosinda Taranto Goulart*  
Diretora de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais



# Letramento e Desenvolvimento Nacional

Lia Scholze\*

## RESUMO

*Discute a importância do estabelecimento de políticas públicas de leitura como elemento estratégico no projeto de Nação que o Brasil está construindo. Faz-se necessário um pacto entre os professores e as professoras que atuam na educação básica e na educação superior, responsáveis pela formação dos futuros professores, e a sociedade brasileira, para a reversão urgente dos dados dramáticos apresentados pelo Saeb desde 1995.*

*Palavras-chave: letramento; desenvolvimento nacional; formação de professores*

## 1. LEITURA E ESCRITA NA RELAÇÃO DO SUJEITO COM O MUNDO

Tanto a leitura como a escrita podem ser experiências que nos impedem de continuarmos os mesmos após termos passado por elas. A escrita nos convida a não apenas olhar a vida de forma distraída e sim vivê-la intensamente, a penetrar nos acontecimentos, como verificamos nos depoimentos de autores como Hannah Arendt (1995), Proust (1991), Sartre (1987, 1994), Gorki (1984), de poetas como Carlos Drummond de Andrade (1977, 1995) e de todos aqueles que falam de suas experiências de escrita, as quais testemunham a intensidade de suas vivências com a palavra. Ler significa agir no mundo através da linguagem, construir e construir-se como ser humano e cidadão, na perspectiva de autores como Bakhtin (1995), Marcuschi (1983, 2001) e Jolibert (1994); e a escrita, por sua vez, permite que organizemos a leitura, construindo os argumentos que nos ajudarão a pensar sobre o mundo e os homens.

Ampliando a visão da importância estratégica do letramento para a construção do projeto de nação que estamos pensando, trago o conceito de *cidade educadora*, desenvolvido por Pacheco (2004, p. 11-18), segundo o qual não é apenas a escola a responsável pela educação. Toda a sociedade tem compromisso com suas crianças e seus jovens. Em especial o governo.

## 2. RESPONSABILIDADE SOCIAL PELO LETRAMENTO

Nessa perspectiva, quero referir a experiência desenvolvida na cidade de Porto Alegre pela Coordenação do Livro e da Literatura da Secretaria Municipal da Cultura,<sup>1</sup> numa parceria entre as Secretarias de Educação e do Meio Ambiente e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, e com a participação de um grupo de trabalho cujo objetivo era o de discutir e propor políticas públicas de leitura para a cidade. As ações do grupo foram desenvolvidas a partir da formação de mediadores de leitura nos mais diferentes segmentos dos funcionários públicos municipais, com atividades internas, da formação de leitores entre os próprios funcionários em seus locais de trabalho, com oficinas de leitura e escrita e visitas a bibliotecas, bem como do estímulo à atuação dos mediadores de leitura em diferentes espaços da cidade.

Foram desenvolvidas atividades de leitura em hospitais públicos e infantis e no Pronto Socorro Municipal, visando diminuir o sofrimento psíquico e físico de crianças, muitas vezes abandonadas pelos seus familiares, principalmente aquelas portadoras do vírus HIV; nas praças da cidade, mediante a instalação da Tenda de Leitura, acompanhada de contadores de histórias,

\* Texto apresentado no VII Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), na sessão temática "A competência de leitura de alunos universitários: problemas e perspectivas", em 11 de outubro de 2004.

<sup>1</sup> Na época, participei do projeto na condição de coordenadora.

e caixas de livros disponibilizados à população, contendo literatura infantil e adulta; instalação de bibliotecas ramais nos bairros, a partir da Biblioteca Pública Municipal; instalação de Rodas de Leitura nos galpões de reciclagem de lixo; oferta de Oficinas de Leitura e de Produção de Textos Literários nas praças, envolvendo os guardas-parque, jardineiros e os responsáveis pela limpeza. Outras iniciativas foram: 1) a realização da Feira de Troca de livros usados, na qual tanto as bibliotecas públicas como as escolares puderam trocar seus acervos e os próprios leitores puderam trocar livros entre si; e 2) a instalação da Sala de Leitura no Acampamento da Juventude durante o Fórum Social Mundial.

Faço registro também do trabalho desenvolvido por alunos da PUC-RS, sob a coordenação das professoras Solange Ketzler e Maria Tereza Amodeo, e do Centro Universitário Ritter dos Reis, coordenados pela professora Jane Bestetti, como exemplos de iniciativas exitosas de formação de grupos de mediadores de leitura entre os alunos dos cursos de Letras que prestam um inestimável serviço social no entorno de suas instituições com diferentes grupos da comunidade, além de vivenciarem uma relação bastante estreita com textos literários e autores.

### 3. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E BIBLIOTECÁRIOS

Quero crer que estes tipos de experiências podem ampliar inclusive as perspectivas profissionais dos egressos dos cursos de Letras e Biblioteconomia, permitindo-lhes assumir um novo perfil de profissional. Este novo profissional já está sendo absorvido por empresas que desejam qualificar seus quadros por meio de oficinas de letramento e produção textual, com o objetivo de proporcionar-lhes a possibilidade de ampliação da competência de leitura e escrita, bem como do seu horizonte cultural, tornando-os funcionários mais bem preparados para as funções que exercem.

Iniciativas desse tipo desempenham um papel importante, senão fundamental, para assegurar que a escola possa estimular seus alunos a desenvolverem uma ação social e que os egressos da escola ou aqueles que não tiveram

oportunidade de nela se manter também possam vir a ter oportunidade de continuar seu processo de letramento, sob pena de, em não o fazendo, perderem o que conquistaram nos bancos escolares.

Todas estas iniciativas, somadas, acabam criando uma nova relação entre o leitor e o livro e estabelecendo uma nova concepção em relação à leitura. Ela deixa de ser vista como direito de poucos, atividade restrita aos bancos escolares, ou como alguma coisa vinculada ao dever, passando a fazer parte do cotidiano das pessoas.

### 4. AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEITORA DOS ALUNOS

Ao analisarmos os dados levantados pelo Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) em relação à competência de leitura dos alunos do ensino básico, podemos perceber, finalmente, em 2003, uma leve tendência de crescimento. Ao mesmo tempo em que este fato nos anima, os quadros apresentados continuam preocupantes. Considerando que a competência em leitura traz reflexos imediatos na assimilação do conhecimento ministrado no ambiente escolar, somos obrigados a admitir que a escolarização das crianças brasileiras fica comprometida.

Na prova de leitura, a média do último Saeb foi de 169,4, numa escala de 500 pontos, apresentando uma diferença de 4,3 pontos em relação a 2001, tanto na 4ª série do ensino fundamental quanto na 3ª série do ensino médio, decaindo, porém, em 3,2 pontos entre os alunos da 8ª série. Foram as Regiões Nordeste e Centro-Oeste as que apresentaram os melhores resultados, principalmente na rede estadual. Nesta, a média subiu 8,1 pontos, e foi o Estado de Mato Grosso do Sul o que apresentou a maior média.

**Tabela 1 – Médias de desempenho no SAEB – Brasil – 2001-2003**

Série	Disciplina	2001	2003	Diferença
4ª série EF	Leitura	165,1	169,4	4,3*
8ª série EF	Leitura	235,2	232,0	-3,2
3ª série EM	Leitura	262,3	266,7	4,3*

Fonte: MEC/Inep/Daeb

\* Diferença significativa por procedimentos estatísticos.

**Tabela 2 – Percentual de alunos, segundo o estágio de instrução de competência (4ª série)**

LÍNGUA PORTUGUESA	Estágio	2001	2003
	Muito crítico	22,2	18,7
Crítico	36,8	36,7	
Intermediário	36,2	39,7	
Adequado	4,9	4,8	
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: MEC/Inep

**Tabela 3 – Taxas de Escolarização Bruta e Líquida no Ensino Fundamental Regular e Taxa de Atendimento de 7 a 14 anos – 2000**

Unidade Geográfica	Taxa de Escolarização		Taxa de Atendimento de 7 a 14 anos
	Bruta	Líquida	
Brasil	126,7	94,3	96,4
Região Norte	123,7	90,4	93,4
Região Nordeste	141,2	92,8	95,2
Região Sudeste	119,8	96,1	97,7
Região Sul	112,0	95,6	97,4
Região Centro-Oeste	132,4	94,1	96,5

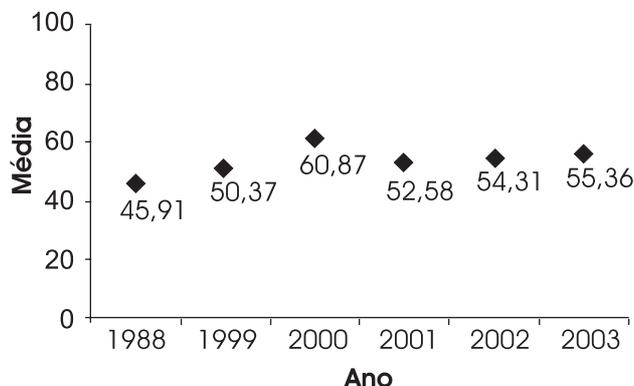
Fonte: MEC/Inep

Nota Explicativa: Taxa de Escolarização Bruta – expressa o percentual da matrícula total no Ensino Fundamental Regular em relação à população na faixa etária de 7 a 14 anos. Taxa de Escolarização Líquida – expressa o percentual da matrícula de 7 a 14 anos do Ensino Fundamental Regular em relação à população na faixa etária de 7 a 14 anos. Taxa de Atendimento de 7 a 14 anos – expressa o percentual da população que se encontra matriculada na escola (independente do nível/modalidade de ensino) na faixa etária de 7 a 14 anos em relação à população na faixa etária de 7 a 14 anos.

Ao cruzarmos os dados que relacionam idade e série, constatamos que apenas 4,8% possuem nível adequado de leitura e 0,43%, nível avançado. Os demais estão distribuídos entre os níveis muito crítico/crítico e intermediário. A população brasileira em idade escolar conquistou o direito ao acesso e à permanência, porém, se a escola não consegue dar conta de sua função principal, que é ensinar a ler, é preciso investigar porque isto vem ocorrendo.

Examinando os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), percebe-se que o desempenho dos alunos não corresponde ao que seria razoavelmente aceito neste nível

de ensino, segundo o qual a média das notas não atingiu, numa variação entre 0 e 100 pontos, o patamar de 52 pontos em 1999 (ano de melhor desempenho), caindo para menos de 50 pontos em 2003 na parte objetiva da prova.



**Gráfico 1 – Distribuição das médias na Parte Objetiva do ENEM, segundo o ano de realização**

Fonte: MEC/Inep/DACC

A média da redação, que em 2000 atingiu 60,87 pontos, baixou para 55,36 em 2003. Considerando que os alunos, em 2003, tenham obtido um ligeiro aumento da média geral em relação ao ano anterior atribuído à propriedade do tema “Violência na sociedade brasileira”, ainda assim, o resultado não é o desejável para a escola brasileira, pois a concentração das notas dos participantes ocorreu no nível 2 (grau 50 numa escala de 0 a 100) em todas as competências (variando de 46,09% a 58,79%). Tanto na parte objetiva da prova como na redação a média ficou em torno de 50 pontos, reforçando a necessidade do estabelecimento de metas para a alteração destes resultados, sob pena de não se conseguir estagnar o ciclo vicioso que envolve os alunos da educação superior, passando pelo ensino médio e chegando ao ensino fundamental.

Considerando que a prova do Enem não tem finalidade seletiva e sim a de avaliar o desempenho do participante como produtor de um texto no qual ele demonstra “capacidade de reflexão sobre o tema proposto” (Gomes, 2003), os resultados permitem afirmar que o baixo nível de letramento do egresso do Enem irá comprometer a qualidade da educação superior, exigindo desta uma política de correção ou compensação (como

já vem ocorrendo com a oferta de aulas de cálculo pelas Escolas de Engenharia e Laboratórios de Línguas Estrangeiras) no esforço de nivelar os alunos que apresentam dificuldades em acompanhar os conteúdos oferecidos por seus cursos. Ou seja, o ensino de nível superior vê-se obrigado a oferecer suplementação dos requisitos mínimos para dar conta de seu papel em formar os seus quadros, além daquilo que Ristoff e Pacheco (2004) apontaram como necessário para a inclusão do contingente de candidatos a este nível de ensino – políticas de sustentabilidade e subsídios aos estudantes carentes (25%) – e para os quais a gratuidade não será suficiente para mantê-los na Universidade.

## 5. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO LETRAMENTO

Culpar a criança e sua família pelas dificuldades apresentadas é uma posição no mínimo simplista, senão irresponsável. É evidente que a família de baixa renda não oferece ao aluno o mesmo apoio oferecido pela abastada, tanto em relação aos insumos materiais, como livros, cadernos, quanto ao acesso aos bens culturais e de infra-estrutura, para que a criança possa executar as tarefas escolares, estudar e acompanhar o que lhe é exigido pela escola, como silêncio, mesa e cadeira, luz, espaço em casa. As condições dos pais analfabetos ou de baixa escolarização para o acompanhamento das tarefas escolares são restritas, além do fato de que muitas crianças trabalham para ajudar na manutenção da família, pois não se conseguiu ainda erradicar o trabalho infantil.

Falta-lhe também o suporte cultural que estimula para o estudo (jornais, revistas, cinema, teatro, viagens) e agrega valores, pois, de acordo com os estudos sociointeracionistas, a leitura é resultado de um processo de construção de sentido(s) mediatizado pelo texto, numa interação entre o leitor e o autor e a vasta gama de variáveis socioculturais – e, como afirma Marcuschi (2001), na leitura estão presentes fatores lingüísticos e extralingüísticos que irão afetar a sua compreensão. O cotidiano da vida dos alunos das classes média e alta é privilegiado neste sentido, e os planejamentos de aula dos professores oriundos dos mesmos estratos sociais contêm os mesmos pressupostos. Com a

democratização do acesso à escola, houve a necessidade de o poder público oferecer o suporte necessário aos alunos oriundos das classes sociais não privilegiadas economicamente e de os professores revisarem o planejamento de seu trabalho levando estas questões em consideração com vista a esse novo público.

Paulo Freire, como educador popular, já alertava para a necessidade de se partir da realidade do aluno, observar sua cultura, respeitando sua trajetória, e, em seguida, criar condições para que novos elementos sejam incorporados visando à sua inclusão na sociedade letrada.

A responsabilidade da escola toma dimensões muito além de simples transmissora de conhecimentos. É preciso, também, que ela desenvolva nos alunos a consciência de que o acesso à leitura é um direito, um prazer e uma forma de alcançar o conhecimento, como condição estratégica no projeto pessoal de letramento.

O professor e a professora (não só de Língua Portuguesa) devem assumir o papel de mediadores da leitura numa perspectiva de que o ato de ler extrapole a sala de aula e, junto com o bibliotecário escolar, promovam ações que favoreçam a criação de uma ambiência de leitura em todos os espaços da escola (pátio, cantina, área de esporte), mediante a promoção de rodas de leitura, saraus poéticos, exposições de produções dos alunos, intervenções teatrais, mediação de leitura em turmas de séries iniciais por alunos de séries mais adiantadas, feiras de livro (também de livros usados), com a participação de autores, intervenções de grupos externos e debates sobre obras e temas de interesse dos estudantes. Somente dessa forma o livro passará a fazer parte do cotidiano do aluno e a leitura agenda obrigatória no seu dia-a-dia. Os suportes de leitura devem ser diversificados (revistas, gibis, roteiros teatrais e cinematográficos, poesias), ampliando com isto o conceito de leitura e provocando um processo de despedagogização do ato de ler, o qual, se mantido na perspectiva apenas pedagógica, presta um grande desserviço ao letramento das crianças.

Para Allebrandt et al. (1998, p. 44),

[...] o professor precisa desvencilhar-se de pré-conceitos referentes ao ensino,

reconceituando e (re)significando o sentido do que é escrever, ler, falar e ouvir e, em função disso, criar situações de ensino e de aprendizagem que contribuam para que ele e o sujeito que aprende dialoguem e reconstruam conhecimentos, desenvolvendo propostas que originem novas práticas e reflexões sobre as mesmas, tornando-se autor, efetivo, de sua prática docente.

Magda Soares (1999) aponta pelo menos seis estratégias de escolarização da leitura: o estabelecimento de um lugar escolar de guarda e de acesso à literatura; a organização do espaço e do tempo de acesso aos livros e de leitura; a seleção dos livros – quais livros oferece à leitura, quais exclui ou “esconde”; as estratégias de socialização: quem indica orienta a escolha, quais critérios usa; quais rituais de leitura são seguidos; quais os procedimentos de avaliação adotados.

A autora diz que este é um processo inevitável por se dar no ambiente escolar, porém também discutível no que concerne à adequação de suas práticas e às atitudes e valores que se quer formar no leitor. Em relação ao estudo dos textos utilizados na escola, a autora insiste na inadequação da leitura sob forma de fragmentos a serem lidos, compreendidos e interpretados. Aponta quatro aspectos na inadequação do trato com os textos:

[...] a questão da seleção de textos: gêneros, autores e obras; a questão da seleção do fragmento que constituirá o texto a ser lido e estudado; a questão da

transferência do texto de seu suporte literário para o suporte didático, a página do livro didático; e finalmente, e talvez o mais importante, a questão das intenções e dos objetivos da leitura e estudo do texto (Soares, 1999).

Depois de o aluno passar pela fase da leitura informativa e de conhecimento, precisa ingressar no universo do prazer de ler, da fruição. Somente aí teremos um leitor cativo – que dificilmente abandonará o lugar conquistado.

## 6. INICIATIVAS INSTITUCIONAIS

O poder público também deve dar sua contribuição para o desenvolvimento de políticas de leitura. O MEC tem desenvolvido programas de formação continuada de professores; distribuição de livros didáticos (o governo brasileiro é um dos maiores compradores de livros) e de literatura; laboratórios de informática e bibliotecas foram instalados. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação investiu, em 2003, R\$ 43,5 milhões em livros de literatura, e o Programa Nacional de Biblioteca Escolar distribuiu mais de oito milhões de coleções para alunos do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos.

A iniciativa do MEC em fornecer livros de literatura busca sanar uma carência historicamente apontada pelos professores quanto à qualidade e atualização dos acervos das bibliotecas escolares. Ela, sozinha, não será suficiente se os professores não estiverem sensibilizados para

**Tabela 4 – Ensino Médio Regular – Percentual de alunos atendidos por infra-estrutura disponível nas escolas – 2002**

Unidade geográfica	Infra-estrutura disponível						
	Abastecimento de água	Energia Elétrica	Biblioteca	Lab. de Ciências	Lab. de Informática	Quadra de Esportes	Acesso à Internet
Brasil	100,0	100,0	84,9	49,2	59,0	80,8	52,0
Região Norte	100,0	100,0	79,6	24,5	37,0	74,3	19,9
Região Nordeste	99,9	100,0	75,4	26,9	41,9	63,5	38,1
Região Sudeste	100,0	100,0	88,2	59,1	73,7	88,6	59,1
Região Sul	100,0	100,0	97,7	77,9	68,9	90,9	43,1
Região Centro-Oeste	99,9	100,0	79,5	39,8	35,3	83,1	39,8

Fonte: MEC/Inep

o uso desses novos suportes e para a promoção da leitura de forma que as crianças descubram a magia nela existente. Além de promover a leitura, é preciso que ela seja feita de forma adequada, para não se correr o risco de, ao invés de atrair os alunos, seja desenvolvida neles “resistência ou aversão ao livro e ao ler” (Soares, 1999, p. 47).

Examinando o processo de produção de itens do Saeb, percebe-se um avanço na participação dos professores através das oficinas instaladas nas diferentes regiões do País. Nos documentos de orientação produzidos são encontradas recomendações na perspectiva sociointeracionista, através da observação de que, além da aplicação de provas, são também aplicados questionários de avaliação de fatores associados ao desempenho dos estudantes. O que se quer com esta avaliação é direcionar o trabalho dos professores visando tornar seus alunos usuários competentes da língua, bem como torná-los críticos, reflexivos, independentes, apontando para um redimensionamento do enfoque da prática pedagógica no ensino da Língua Portuguesa.

No que diz respeito a esta prática, chama a atenção a pesquisa feita por Brigmann (2000), desenvolvida em três classes de ensino fundamental durante um ano inteiro, em escolas de diferentes tipos de rede (municipal, estadual e particular), na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. O pesquisador chegou à conclusão de que os professores pesquisados pouco trabalhavam com a leitura e a escrita na sala de aula, demonstrando a necessidade de se trabalhar com maior ênfase na direção de tornar a leitura e a escrita elementos centrais no cotidiano da sala de aula.

Situação diferente encontrou a equipe de professoras da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) no trabalho de pesquisa relatado pelo grupo na obra intitulada *O tecer da linguagem no cotidiano escolar* (Allebrandt, 1998). Em uma das escolas pesquisadas, a biblioteca encontra-se sempre aberta e é atendida por um professor que coopera na escolha e/ou procura de livros pelo aluno, sendo que esta cooperação ocorre através do diálogo e não da imposição de obras para a leitura dos alunos. Neste caso, o mediador

de leitura auxilia os alunos a desenvolverem uma relação positiva com o ato de ler. Tem-se aí um exemplo de uma prática exemplar no trato da leitura.

A pesquisa realizada na Universidade de Caxias do Sul (RS) por Fontana, Paviani, Pressanto e Sartori, envolvendo os alunos universitários daquela Instituição, concluiu que 32% dos aprendizes podem ser considerados leitores razoáveis, desde que assistidos por professor ou alguém com mais conhecimento, e que 68% dos alunos apresentaram desempenhos bastante inferiores que indicam habilidades precárias de leitura e habilidades cognitivas pouco desenvolvidas. As pesquisadoras apontam que, em alguns casos, a causa do sucesso ou insucesso em leitura “não está centrada necessariamente no leitor, mas passa também pelos textos, que podem apresentar obstáculos à compreensão, devido à sua organização textual, sintática e escolhas lexicais” (Fontana et al., 2004).

Não é o caso, porém, da pesquisa referida, na qual os textos escolhidos são de circulação geral em jornais e revistas, portanto, não são textos demasiado difíceis para universitários, não podendo ser considerados como responsáveis pelo precário desempenho obtido na pesquisa.

As causas do baixo letramento estão presentes desde os primeiros anos de escolarização, como já foi apontado no início deste texto. A escola não é a única responsável pelo sucesso ou fracasso do aluno, porém cabe a ela otimizar as condições de acesso ao letramento mediante a oferta de infra-estrutura adequada, aproveitamento do tempo escolar, direcionamento dos seus esforços, organizando tanto o currículo como as atividades escolares, para auxiliar o aluno a superar as dificuldades através do estabelecimento de políticas compensatórias que visem garantir-lhe, durante o período que passa na escola, experiências ricas em conteúdo e prática.

Esta linha de trabalho deve ser adotada em todos os níveis, pois percebe-se que as dificuldades também estão presentes nas IES, ao proceder-se à análise dos dados sobre a existência e o uso de bibliotecas pelos alunos universitários.

A tabela que analisa a frequência de utilização da biblioteca pelos alunos das IES, organizada pelo Inep, mostra que 44,1% dos alunos no grupo das 25% menores notas são oriundos de IES que não a possuem. Os alunos universitários que participaram do Exame Nacional de Cursos 2003, e que pertencem ao grupo das 25% menores notas não a utilizam, utilizam-na raramente ou a utilizam apenas com razoável frequência. Apenas 24,3% utilizam a biblioteca muito freqüentemente.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer profissional precisa consolidar seus conhecimentos para ter um bom desempenho em sua profissão, e a leitura é a condição para que isto ocorra. No caso do magistério, um professor que não lê acaba tendo um desempenho precário e, conseqüentemente, não irá atrair seus alunos para a leitura.

Pensando na proposta pedagógica de letramento, enumero algumas das minhas preocupações: a adequação do tipo de formação oferecida aos professores, em relação ao aluno da rede pública municipal e estadual; o uso que está sendo dado aos equipamentos, e, em relação ao franqueamento da entrada dos alunos à biblioteca, se o acesso é estendido à comunidade e os materiais disponibilizados; as condições de infraestrutura da biblioteca, sua ventilação, iluminação, atualização de acervos, pessoal de atendimento agradável, convidando ao uso; a adequação dos livros às necessidades dos alunos, consideradas as diversidades regionais, para que sirvam de real material de apoio ao professor; a possibilidade de que o trabalho do professor permita ao estudante

a fruição da leitura sem ser necessariamente considerada como tarefa escolar.

E, em relação à formação dos professores, penso ser importante incluir na discussão questões da seguinte ordem: a organização do currículo dos cursos de licenciatura, principalmente o de Letras, e que o de Biblioteconomia esteja voltado à preparação do professor e do bibliotecário como mediadores de leitura; o desenvolvimento das práticas de ensino dos cursos de licenciatura como momentos de conhecimento e pesquisa da realidade educacional e, a partir deles, sua inclusão na discussão teórica na Universidade acompanhando as últimas pesquisas sobre o assunto; a possibilidade de os estágios curriculares serem feitos fora do espaço da sala de aula, de modo que os universitários vivenciem experiências de socialização da leitura em espaços como hospitais, creches, asilos, presídios, permitindo-lhes participação social e experimentação de novos significados para a mediação da leitura como inclusão social e diminuição do sofrimento físico e psíquico daqueles que se encontram em estado de abandono ou de isolamento.

Muitas das questões abordadas já mereceram estudos e pesquisas por parte das instituições universitárias e encontram eco nas pesquisas e avaliações desenvolvidas pelo Inep. Avaliações e pesquisas em educação servem para fornecer um retrato do estado da arte da educação no Brasil, e cabe a nós, professores e gestores, nos apropriarmos dos resultados e diagnósticos para rever nossa prática e buscar soluções necessárias e urgentes para a modificação destes quadros na perspectiva de contribuir efetivamente com o desenvolvimento nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEBRANDT, et al. *O tecer da linguagem e o cotidiano escolar*. Ijuí: Unijuí, 1998.
- ANDRADE, Carlos Drumond de. *A Rosa do Povo*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- . *Reunião*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BRIGMANN, Arcanjo Pedro. *Dispositivo escolar e ensino de língua portuguesa*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al. (Org.). *A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- GOMES, Dorivan. *Análise da Redação do ENEM*. Brasília, 2003.
- GORKI, Maximo. *Como aprendi a escrever*. Trad. Charles Kiefer. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Exame Nacional de Cursos. *Educação Superior: resumo técnico 2003*. Brasília: Inep, 2004.
- . *Guia para elaboração de itens de Língua Portuguesa*. Sistema de Avaliação de Educação Básica, Saeb 2003. Brasília: Inep, fev. 2004.
- JEANSON, Francis. *Sartre*. Trad. Elisa Salles. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- JOLIBERT, Josette. *Formando crianças leitoras*. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- LAJOLO, Marisa. *Literatura: leitores e leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Linguística do texto: o que é e como se faz*. Recife: UFP, 1983. (Série Debates).
- . Atividades de referência no processo de produção textual e ensino da língua. In: ENCONTRO NACIONAL DO GELCO. *Anais...* Campo Grande, 2001.
- RISTOFF, Dilvo; PACHECO, Eliezer. *Educação Superior: democratizando o acesso*. Brasília: Inep, jul. 2004. (Série documental. Textos para discussão, n. 12)
- SCHOLZE, Lia. Da necessidade da escrita. *Leitura em Revista*, Ijuí, n. 6, jul./dez. 2003.
- PACHECO, Eliezer. A cidade educando a escola. In: CIDADE educadora: a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Cortez, 2004. p. 11-18.
- PROUST, Marcel. *Sobre a Leitura*. Trad. Carlos Vogt. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- SARTRE, Jean-Paul. *As Palavras*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia, 1964.
- SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al. (Org.). *A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



